

SANTO ANTÔNIO: UMA USINA DE PROBLEMAS E DE OPERAÇÕES SUSPEITAS!



Desde o início de fevereiro, após a divulgação do resultado da arbitragem do processo movido pelo Consórcio Santo Antônio Civil (CSAC), formado pela Andrade Gutierrez e pela Construtora Odebrecht, contra o consórcio controlador da SPE Santo Antônio Energia S.A., tornaram-se públicas as disputas entre os sócios da SPE e também entre as auditorias externas da SPE (Deloitte) e de Furnas e Eletrobras (PWC).

Essas disputas se dão entorno do entendimento sobre o impacto do resultado dessa arbitragem nos resultados e nas perspectivas econômico-financeiras das referidas companhias. O 1º round dessa disputa terminou sem que as partes chegassem a um entendimento comum. A Eletrobras registrou (no **balanço**) um resultado negativo para a SPE Santo Antônio Energia S.A. no ano de 2021, considerando nesse resultado o registro do impacto da arbitragem. Já a SPE Santo Antônio Energia S.A., que apresentou seus resultados ainda em fevereiro, divulgou um lucro de R\$6 milhões em seu resultado para o ano de 2021, sem registrar os impactos da referida arbitragem.

Isso resultou em um registro, pela Eletrobras, de um investimento com valor **nulo em sua demonstração financeira**, ou seja, que o investimento não teria valor. Isso fica claro na Demonstração Financeira da Empresa, onde consta que: "a Companhia considerou os desembolsos futuros estima-

dos pela SAESA referentes ao procedimento arbitral e seus reflexos na perspectiva de sócio investidor efetuando o ajuste no investimento societário da MESA, que excedeu sua participação na investida, logo, sendo representado pela nulidade do investimento."

Contudo, essa mesma polêmica voltou a provocar problemas para Eletrobras, provocando o atraso no relatório 20-F, um dos passos necessários para a realização de sua privatização. Diante das dificuldades da empresa e prevendo possíveis desdobramentos da sentença arbitral contra Santo Antônio Energia S.A., os administradores da companhia decidiram lançar mão de um aumento de capital social da Companhia na ordem de até R\$ 1,582 milhão. Essa iniciativa, que partiu do presidente do Conselho Fiscal de Madeira Energia S.A, controladora da Santo Antônio Energia S.A., tinha o objetivo de tentar encaminhar os problemas da companhia, limpando o caminho para a publicação do relatório da Eletrobras. Entretanto, as dificuldades para articular as ações com os sócios e os desdobramentos negativos dessa atitude impulsiva podem jogar contra a própria Eletrobras.

No dia 2 de maio, a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) tornou público Comunicado ao Mercado com o seguinte teor:

"A SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A ("SAE" ou Companhia)". Nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 44, de 23 de agosto de 2021, comunica ao mercado que a assembleia Geral Extraordinária da Madeira Energia S.A. - MESA, controladora integral da SAE, realizada na data de hoje, os acionistas, por unanimidade, aprovam o aumento de capital social da MESA no valor de R\$ 1.582.551.386,00, a ser realizado para fins de integralização na SAE em moeda corrente no país dentro dos prazos legais"

No mesmo Comunicado ao Mercado a CEMIG informa que: *"renuncia ao direito de subscrever suas ações e não fará aporte referente a sua participação"*.

Os outros sócios na SPE não demonstraram, até agora, qualquer interesse ou capacidade para participar da capitalização da MESA. É curiosa também que essa complexa operação envolva interesses de companhias que estão ao mesmo tempo no Consórcio beneficiário da arbitragem e como sócias na Sociedade de Propósito Específico. O Consórcio Santo Antônio Civil (CSAC), que é parte do processo de arbitragem, é formado pela Andrade Gutierrez e ela Construtora Odebrecht, que também são sócias da SPE.

Caso Furnas decida se aventurar em uma possível capitalização da MESA, ela passaria a ser controladora da companhia com cerca de 72% das ações. Como Furnas é uma empresa estatal, a UHE Santo Antônio deixaria de ser apenas uma SPE com participação de Furnas e passaria a ser um ativo corporativo desta.

Essa estatização às pressas da UHE Santo Antônio, cujo objetivo parece ser apenas para socorrer os demais sócios privados e dar andamento ao processo de privatização, teria importantes implicações para Furnas e para a Eletrobras. A Eletrobras teria que explicar por que destinar bilhões a um investimento que considera ter valor nulo! Além disso, a Eletrobras dificilmente conseguiria demonstrar a vantajosidade da operação, em um processo que respeitasse os trâmites necessários para garantir conformidade do processo, em um cronograma apertado, pois a operação é complexa demais. E isso acarretaria em mais atrasos para os cronogramas da empresa.

O que complica ainda mais o quadro é que a operação parece já ter começado errada. Fica claro de início que há uma inconsistência entre a base uti-

lizada para avaliar os preços das ações da companhia utilizados na AGE que propôs o aumento da capital na SPE Santo Antônio Energia S.A. e a valoração feita pela Eletrobras para esse investimento que, segundo suas demonstrações financeiras, tem valor nulo atualmente. O posicionamento dos demais acionistas, que de antemão já não se dispuseram a fazer aporte, é um forte indicativo da não existência de vantajosidade da operação e do risco de que a mesma não se efetive. De toda forma, um investimento dessa monta precisa de estudos aprofundados que deem conta de todas as suas possíveis consequências.

Não se sabe como se resolverá a questão, especialmente tendo em vista que um eventual aporte inferior aos montantes indicados pela companhia na AGE não seria suficiente para resolver os problemas de insolvência da SPE Santo Antônio, e poderia acarretar no acesso as garantias dadas pelos sócios, inclusive de Furnas e da Eletrobras. Por outro lado, um eventual aporte de Furnas que supere a proporção de sua participação seria de grande risco, um ato de grande irresponsabilidade, podendo ter repercussões sérias sobre sua situação econômico-financeira.

Neste sentido, estamos acompanhando de perto essa operação para exigir que seja feita de acordo as normas contábeis vigentes e para que siga todos os processos de conformidade necessários, sem atropelos.

A alta administração da Eletrobras já ultrapassou o limite da irresponsabilidade, mas uma hora a casa deles vai cair! A coleção de absurdos que eles têm praticado para acelerar a privatização não ficará impune. Alguns dirigentes já perceberam isso e já estão pulando fora do barco! Não foi por acaso que o presidente de Furnas pediu para sair... Em reportagem, o site da revista Veja (veja [aqui](#)) indica que a pressão pelo aporte de Furnas em Santo Antônio influenciou a decisão de saída de Clóvis Torres. Os ratos mais espertos já começaram a pular do navio antes mesmo dele começar a afundar. De nossa parte, não nos furtaremos em responsabilizar administradores e auditores independentes, de Furnas, Eletrobras e também da MESA, por possíveis atos lesivos ao patrimônio da Eletrobras e da União, e desde já avisamos que aqueles que estão à frente desse processo devem estar cientes das responsabilidades pelos seus atos.

Reprodução do boletim da Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL



PELO FUTURO
DO BRASIL



www.salveaenergia.com.br



[Twitter.com/salveaenergia](https://twitter.com/salveaenergia)



[Instagram.com/salveaenergia](https://www.instagram.com/salveaenergia)



[Facebook.com/salveaenergia](https://www.facebook.com/salveaenergia)